

Como trabalhar o objeto geográfico nos estudos regionais? Reflexões sobre periodização e mapas temáticos

Talita Cristina Zechner Lenz¹

Resumo

No âmbito da ciência regional impõem-se alguns desafios teórico-metodológicos para trabalhar o objeto geográfico nos estudos regionais. O objetivo deste artigo é colaborar no debate a respeito de proposições teórico-metodológicas adequadas para lidar com a questão do desenvolvimento regional. Para tanto, são apresentados e discutidos os conceitos de periodização, descrição e de mapas temáticos a fim de realçar o potencial que tais conceitos oferecem para apreender o objeto geográfico nos estudos regionais. Os resultados evidenciam que o exercício de periodizar pode tanto contribuir com a construção da metodologia como pode ser um resultado em si. A utilização de mapas temáticos nos estudos regionais permite a elaboração de uma cartografia capaz de conduzir discursos, extrapolando a ideia de simples ilustração.

Palavras-chave: Geografia; Periodização; Descrição; Mapas Temáticos.

Abstract

In the scope of regional science some theoretical and methodological challenges are required to work the geographic object in the regional studies. The objective of this article is to collaborate in the debate about theoretical and methodological proposals adequate to deal with the issue of regional development. In order to do so, the concepts of periodization, description and thematic maps are presented and discussed in order to highlight the potential of such concepts to capture the geographic object in regional studies. The results show that the periodization exercise can both contribute to the construction of the methodology and can be a result in itself. The use of thematic maps in the regional studies allows the elaboration of cartography capable of conducting speeches, extrapolating the idea of simple illustration.

Keywords: Geography; Periodization; Description; Thematic Maps.

Submetido em 28.11.2017. Aprovado em 11.04.2018

1. Introdução

O objetivo deste artigo é contribuir para o debate a respeito de proposições teórico-metodológicas que ajudem a pensar a temática do desenvolvimento regional. Especificamente, a intenção é compartilhar os encaminhamentos metodológicos que

¹ Doutora em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Profa. do Centro Universitário Leonardo DaVinci; E-mail: talita.zechner@gmail.com

nortearam trabalhos anteriores (LENZ, 2015), que se debruçou sobre a geografia da indústria de software em Santa Catarina, analisando os processos de concentração e dispersão espaciais.

A ideia de escrever este artigo surgiu da inquietação que, ao que me parece, toca também outros pesquisadores: como apreender o objeto geográfico nos estudos regionais? Para além das lentes teóricas, particulares a cada linha de pesquisa, e que conduzem as análises dos processos de desenvolvimento, impõem-se o desafio de selecionar recursos metodológicos adequados para lidar com a problemática. Evidentemente, reconhece-se que há sempre um estreito entrelaçamento entre as posições teóricas e os métodos, visto o caráter indissociável deste “par”. Contudo, cumpre reconhecer que a tarefa de elaboração do referencial analítico das pesquisas, permite a incorporação de conceitos que possam ajudar a entender os processos de desenvolvimento regional. Neste sentido, este artigo discute as possibilidades que os conceitos de periodização e de mapas temáticos oferecem para os estudos regionais.

2. Por que periodizar?

Segundo o *Online Etymology Dictionary* (2014) período significa “curso ou extensão do tempo”, conceito de recorrente utilização nas ciências, sobretudo pelos historiadores e economistas.

No contexto da História, enquanto campo disciplinar, a ideia de periodização é considerada elemento chave para se pensar e compreender os diferentes momentos históricos vivenciados pela sociedade. Para Le Goff (1990, p. 37), “datar é e será sempre uma das tarefas fundamentais do historiador, mas deve fazer-se acompanhar de uma outra manipulação necessária da duração – a periodização – para que a datação se torne historicamente pensável”. Neste sentido, a tarefa de periodizar permitiria uma melhor compreensão dos eventos a medida em que os mesmos se apresentam entrelaçados a um contexto a sua volta. Le Goff (1990) reforça a ideia de que a periodização é um processo empírico, delineado pelo agente que a concebe. Para o autor a periodização é um importante instrumento de inteligibilidade das mudanças significativas. Ao refletir sobre o processo de construção de periodizações no âmbito da História destaca ainda que “os hábitos de periodização histórica levam, assim, a privilegiar as revoluções, as guerras, as mudanças de regime político, isto é, a história dos acontecimentos”. (LE GOFF, 1990, p. 179). Em sua análise, observa-se que no âmbito da História, a ideia de periodizar está atrelada ao exercício de reconhecer grandes “cortes”, isto é, eventos marcantes.

Quando usado no âmbito da Geografia, reveste-se de outros significados. Para buscar compreendê-lo, convém refletir sobre a ideia de tempo, pois pensar em períodos pressupõe pensar em tempo.

O tema tempo foi e continua sendo alvo de inúmeras reflexões. Os precursores de tais estudos foram os filósofos que construíram um rico debate sobre o assunto. Buscando atualizar a discussão sobre os conceitos de tempo e espaço na Geografia, Silveira (2013) fornece importante revisão acerca da trajetória do conceito. Ela esclarece que, ao longo da história, incompletas e opostas noções de tempo atravessaram épocas, embora uma preocupação fundamental fosse compartilhada pelos diversos pensadores: encontrar categorias universais para apreender, explicar e medir o tempo (SILVEIRA, 2013). Nesse aspecto, ideias como movimento, permanência, ritmo, medida, duração e dimensão permearam o debate e trouxeram à tona a seguinte indagação: o tempo é uma categoria do nosso pensamento ou é uma realidade material? (SILVEIRA, 2013). No quadro 1 apresentamos uma breve síntese da trajetória do conceito tempo.

Quadro 1 - Síntese das principais noções de tempo

Autor	Período	Ideia central
Platão	Século IV a. C	É impossível pensar uma ideia sem compreender o conjunto relacional em que se inscreve.
Aristóteles	Século IV a. C	Não existe tempo onde não há movimento e, por isso, o tempo é uma medida ou um número para o movimento.
Plotino	Século III	Não é necessário mensurar o tempo para que ele exista, pois tudo tem uma duração, ainda que esta não seja medida.
Santo Agostinho	Século IV	O tempo é desprovido de realidade material e externa, pois existe somente em nosso espírito.
São Tomás de Aquino	Século XII e XIII	Uma coisa está em movimento se foi acionada por um dispositivo móvel; no entanto, em última análise, tudo se refere a um primeiro motor que se move por si próprio e está na origem transcendente da cadeia de movimentos.
Descartes	Século XVII	Dimensão do tempo, o movimento não é somente considerado, como também é medido substituindo a ideia de um tempo eterno por uma visão matematizada do tempo e uma visão geométrica do espaço.
Leibniz	Século XVII	Existe uma temporalidade inerente ao ser que não pode ser deixada de lado, destaca o princípio da continuidade.
Newton	Passagem século XVII/XVIII	Perspectiva mecanicista: fundamentava-se na existência de um tempo absoluto, material, expresso matematicamente, visto como sinônimo de duração.

Quadro 1 – continuidade

Autor	Período	Ideia central
Kant	Final século XVIII	O tempo não é um conceito empírico derivado de qualquer experiência, porque a simultaneidade ou sucessão não seriam percebidas se as representações <i>a priori</i> do tempo lhes servissem de fundamento. O tempo é uma representação necessária que serve de base a todas as intuições.
Hegel	Século XIX	Introduz a dimensão histórica, o pensamento adquire um movimento dialético. Não se trata do movimento nem da duração, mas do tempo da história dos homens.
Marx	Século XIX	O método dialético e o tempo histórico adquirem empiricidade ao trabalhar as categorias fundamentais da análise econômica, como terra, trabalho, capital, moeda, técnica e outros no contexto de cada período histórico.
Einstein	Século XX	Embora a ideia de tempo relacional seja anterior a Einstein, o autor é considerado emblemático na difusão desta ideia. Para a teoria da relatividade, não é possível dissociar as coordenadas de um corpo no espaço das coordenadas do mesmo corpo no tempo. Tempo e espaço não são absolutos, são relativos.
Latour	Século XX/XXI	Diferencia, de um lado, o tempo do calendário, e, de outro, a historicidade, pois o primeiro situa bem os eventos em relação a uma regularidade de datas, mas a historicidade situa os mesmos eventos em relação à intensidade. O tempo não é um quadro geral, mas o resultado provisório do vínculo dos seres.
Heidegger	Século XX	O que separa a coisa de sua manifestação é o tempo, um processo.

Fonte: Elaborado pela autora apoiada em Silveira (2013).

Ao internalizar o conceito de tempo, a Geografia não apresentou postura consensual sobre o assunto. Silveira (2013, p. 10) sustenta que:

En el pensamiento geográfico el apelo ora a un espacio geométrico congelado en el tiempo, ora a un espacio meramente material, soporte para un tiempo cronológico, se han revelado como tonos extremos de una melodía que refleja la persistencia en considerar el tiempo en su forma más abstracta.

Periodizar, portanto, implica assumir uma posição empírica sobre o tempo. Para Santos (2006), empiricizar o tempo é torná-lo material e, desse modo, assimilá-lo ao espaço. Santos (2006, p. 104) afirma:

O tempo como sucessão, o chamado tempo histórico, foi durante muito tempo considerado como base do estudo geográfico. Pode-se, todavia, perguntar se é assim mesmo, ou se, ao contrário, o estudo geográfico não é muito mais essa outra forma de ver o tempo como simultaneidade pois **não há nenhum espaço em que o uso do tempo seja idêntico para todos os homens, empresas e instituições**. Pensamos que a simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da Terra é que constitui o domínio propriamente dito da geografia. Poderíamos mesmo dizer, com certa ênfase, que o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto já que é o tempo da vida de todos. O espaço é que reúne a

todos, com suas múltiplas possibilidades, que são possibilidades diferentes de uso do espaço relacionados com possibilidades diferentes de uso do tempo. (*grifo meu*).

No entender de Santos (2006), compete à Geografia trabalhar o conceito de tempo para além da noção de sucessão e, neste sentido, o conceito de periodização permite explorar as relações que se estabelecem entre tempo e espaço. Seguindo essa linha de pensamento, a lógica do processo de análise dos fenômenos se inverte e, ao invés de fazer recortes temporais — como décadas, por exemplo — para situar explicações sobre determinado fenômeno em uma espécie de “régua cronológica”, incorporam-se os eventos que diferenciam cada período como elemento nuclear dos estudos.

Na visão de Silveira (2013, p. 23):

Enquanto recurso de método, periodização significa eleger as variáveis chave que, em cada porção do tempo, irão comandar um conjunto de formas e eventos. Se trata de um princípio que **permite valorizar os processos e reconhecer as novidades**. No entanto, não substituem completamente os elementos velhos por novos, existem permanências e rupturas e, especialmente, coexistências. As variáveis não têm comportamentos autônomos e, por isso, não é aconselhável estudar suas evoluções particulares. A periodização também **supõe encontrar marcos significativos**, eventos dentro da continuidade que resultem mais relevantes para apontar as rupturas nas formas e conteúdos. Em um período existem variáveis ou grupo de variáveis que controlam o movimento de reprodução da totalidade. Quando essa organização falha, pela evolução acelerada de uma ou mais variáveis, surge uma crise, uma ruptura e um novo período. Contudo, o **mais importante é caracterizar as épocas** e menos os marcos que os separam. (*tradução e grifo meus*).

Ou seja, a periodização não precisa seguir cortes rígidos no tempo (SANTOS; SILVEIRA, 1996; GRATALOUP, 1991) e também não se limita a pavimentar o tempo sem imbricações (GRATALOUP, 2006). Para Santos e Silveira (1996, p. 5), “uma periodização se impõe com um partido metodológico necessário à construção de um enredo que considere a história una e contraditória”. Sobre as dificuldades de se trabalhar com os períodos, Grataloup (2006, p. 31) discorre que

[...] trata-se de um esforço intelectual, uma operação de transferência do contínuo espacial ou temporal para um conjunto de unidades discretas, descontínuas. Passar do homogêneo ao heterogêneo, do contínuo ao discreto, apresenta-se, pois, como uma **coerção necessária à inteligibilidade**. (*grifo meu*).

Neste limiar, além de cumprir sua função enquanto recurso de método, a periodização desempenha duplo papel, à medida que ela se constitui num resultado em si. Em vez de recorrer à ideia de periodização como uma régua na qual é possível enquadrar os eventos que se pretende explicar cronologicamente, outra alternativa é se aprofundar na identificação de períodos, que podem trazer contribuições importantes para os estudos regionais, dada sua capacidade de reconhecer as novidades e coexistências

que permeiam os objetos de estudos. Para tanto, é adequado refletir sobre quais eventos e atributos encontram-se relacionados entre si, e a combinação de quais elementos engendram as rupturas que distinguem um período do outro.

Por sua vez, o reconhecimento dos eventos e dos atributos que caracterizam cada período, se constrói a partir da base teórica selecionada. Deste modo, a periodização, enquanto recurso de método, permite lidar com situações nas quais os eventos que serão considerados rupturas, ainda não tenham sido desvendados ou discutidos. Alguns eventos, por exemplo, podem ser utilizados como marcos para caracterizar épocas, tais como a difusão da internet, a mudança de uma moeda, a troca de um governo, a implementação de um plano diretor, entre outros.

Por outro lado, as chamadas rupturas podem ter uma dimensão que se mostre relevante tão somente para o universo que está sendo estudado, como por exemplo: a expansão da base de clientes de um setor para o plano internacional; o fluxo de trabalhadores oriundos de outros municípios para atuarem em determinado segmento industrial ou o aumento no número de empresas em determinado município. Ou seja, seguindo este raciocínio, a noção de “pequena” ou “grande” ruptura não é dada *a priori*. Os eventos podem ou não ser considerados marcos de acordo com o contexto da investigação em curso e, são as lentes teóricas e a interpretação do pesquisador que irão outorgar o *status* de relevância de cada evento.

Acerca da definição de espaço, indispensável para se pensar uma periodização, Sposito (2017, p. 171) realça:

O espaço pode ser compreendido como **categoria** e como **conceito**. Como categoria, ele é uma essência ideal da realidade, mesmo que haja diferentes formas de defini-la. Como conceito, o espaço é uma construção teórica em diferentes momentos do pensamento universal e teve transformações de acordo com **onde** foi elaborado, por **quem** foi elaborado e **quando** foi elaborado. (*grifo meu*)

Seja como conceito ou como categoria de análise, as reflexões sobre o espaço geográfico são emblemáticas no âmbito da Geografia.

Sposito (2017) recorre aos autores pioneiros no estudo do espaço geográfico para clarificar a concepção de espaço geográfico. Neste sentido, o referido autor apoia-se no trabalho de Lefebvre (1976, *apud* Gottdiener, 1993) para apresentar quatro possíveis teses para compreender o espaço. A primeira delas entende que “o espaço é a forma pura, a transparência, a inteligibilidade. Seu conceito exclui a ideologia, a interpretação, a não sapiência”. Sposito (2017), comenta que o próprio Gottdiener (1993) apresenta objeções a essa premissa, que implicaria em liquidar o tempo histórico, bem como, em uma valorização exacerbada do cientificismo abstrato – pautada em uma visão de espaço vazio e puro.

A segunda tese apresentada por Lefebvre (1976) e explicada por Gottdiener (1993) e por Sposito (2017) é a que melhor ajuda a compreender as possibilidades de utilizar periodização como um recurso metodológico. Sua segunda tese é afirmação de que “o espaço social é um produto da sociedade, comprovável e que depende antes de tudo da constatação, por consequência da **descrição empírica**, antes de toda teorização” (*grifo meu*).

Por sua vez, a terceira tese está apoiada na premissa que o

[...] espaço não seria nem ponto de partida (mental e social ao mesmo tempo, como na hipótese filosófica), nem ponto de chegada (um produto social ou o ponto de reunião dos produtos), mas um intermediário em todas as acepções desse vocábulo; isto é, um procedimento e um instrumento, um meio e uma mediação (LEFEBVRE, 1976, p. 30 *apud* SPOSITO, 2017).

A essa tese, Lefebvre (1976, p. 34 *apud* Sposito, 2017) aponta como objeção a vinculação do espaço com a ideia de produção, implicaria em uma reprodução das relações de produção que coincide com a reprodução dos meios de produção. Seguindo o pensamento de Lefebvre (1976), a quarta hipótese para conceber o espaço “estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção, tomando como base não a noção de produção restringida, mas ‘a reprodução das relações de produção’ como ampla acepção”.

Seguindo a linha de pensamento que conecta a ideia de periodização e espaço geográfico, é possível avançar a reflexão no sentido de compreender o elo que se estabelece entre periodização e regionalização. Dallabrida (2006, p. 141) define regionalização como “a **divisão** do espaço segundo diferentes critérios, que variam segundo as **intenções** explicativas do agente regionalizador [...] São inúmeras as formas de **recortar o espaço**, ou seja, de fazer regionalizações” (*grifo meu*).

Com base nesta definição é possível identificar que tanto a periodização como a regionalização, consistem em possibilidades para se estudar o espaço geográfico, partindo de três premissas similares: a noção de recorte, de intencionalidade e de particularidade. Faz sentido pensar que, seja periodizando ou regionalizando, o agente que conduz tal esforço pretende ressaltar um conjunto de particularidades que são determinadas a partir de sua intencionalidade. O que varia é a ênfase dada a duas variáveis centrais no estudo geográfico: o tempo e o espaço. Sob o prisma da periodização, é o tempo que exerce maior influência na definição de uma linha divisória. Por sua vez, ao se pensar em regionalização, o fio condutor para construir uma linha de demarcação, é o espaço e suas particularidades. Convém ressaltar que seja qual for a abordagem utilizada, há um estreito entrelaçamento entre a noção de tempo e espaço e, por sua vez, entre periodização e regionalização.

Outro conceito que auxilia na tarefa de elaborar uma periodização é o de descrição, trabalhado por Latour (2012). Tratando dos meios utilizados pelos cientistas para conhecerem seu objeto de estudo, Latour (2012) enfatiza que a ciência social deve ser construída de acordo com suas especificidades, da mesma maneira que todas as outras ciências precisam inventar meios próprios e artificiais para abordar com exatidão os fenômenos que pretendem entender. Embora a reflexão de Latour (2012) esteja inserida no contexto da teoria do Ator-Rede, suas reflexões podem contribuir para diversos estudos.

Latour (2012, p. 199) afirma que “o bom texto nunca é um retrato não mediatizado daquilo que descreve – nem sequer é um retrato” – e, com essa afirmação, rompe a visão romântica de que a descrição poderia vir a ser um retrato puro, isento de intencionalidades, pois para o autor, a descrição sempre faz parte de um experimento artificial para reproduzir ou sublinhar traços previamente identificados. E lembra que “o simples ato de registrar alguma coisa no papel já representa uma transformação que demanda artifícios e habilidades” (LATOURE, 2012, p. 199).

Reconhecendo a importância da descrição sumária, Latour (2012, p. 199) alerta para as armadilhas que essa tarefa pode esconder:

No entanto, suspeitamos que, caso insistamos no ato de descrever, alguma coisa falte por “não lhe termos acrescentado” a chamada “explicação”. Mas a oposição entre descrição e explicação é outra dessas falsas dicotomias a serem postas para dormir – sobretudo quando “explicações sociais” é que são tiradas do asilo. Ou as redes que **tornam possível um estado de coisas** são plenamente desdobradas – e, nesse caso, acrescentar uma explicação seria supérfluo – ou “acrescentamos uma explicação” **declarando que outro ator ou fator deve ser levado em conta**, de sorte que a descrição avance mais um passo. Caso a descrição precise de uma explicação, então ela é ruim. (*grifo meu*).

Descrever consiste em trazer à tona os atores e elementos fundamentais para compreender uma situação em cada momento específico. Latour (2012, p. 200) rebate outra crítica recorrente ao trabalho de descrever:

[...] sempre se sente que a descrição é demasiada particular, demasiada idiossincrática, demasiado localizada. Mas, ao contrário do provérbio escolástico, **só existe ciência no particular**. Para se estabelecerem conexões entre lugares, cumpre recorrer a mais descrições e não apelar para entidades vagas como Sociedade, Capitalismo, Império, Normas, Individualismo, Campos etc. Um bom texto deve provocar num bom leitor esta reação: ‘por favor, **mais detalhes**, quero mais detalhes. (*grifo meu*).

A tarefa de descrever, portanto, está estreitamente ao esforço de periodizar, pois é a descrição que oferece as pistas para conhecer o que há de particular nos fenômenos estudados para então reconhecer quais eventos podem ser considerados rupturas, seguindo o pensamento de Santos (2006).

Sendo assim, considerando que a periodização enquanto recurso de método

oferece caminhos para apreender os objetos geográficos explicando as mudanças de caráter temporal dos processos desenvolvimento, outro desafio que se impõe é o de como trabalhar a dimensão espacial de tais processos. Santos (2006) sustenta que cada período produz uma ordem espacial própria. Mas como construir um retrato espacial de determinado período? Uma das possibilidades que se apresenta é a utilização de mapas temáticos, conforme será discutido a seguir.

3. Considerações sobre a construção de mapas temáticos

Se pensarmos o estudo do desenvolvimento regional a partir de uma abordagem geográfica que incorpore a periodização como recurso de método, o esforço de caracterizar as épocas irá perpassar pelo desafio de entender como os eventos e rupturas identificados se engendram espacialmente. Santos (2006) esclarece que cada mudança econômica, tecnológica, política e social engendra uma nova ordem espacial. Por ordem entende-se a relação inteligível entre as partes, admitindo o conceito de espaço relacional (e não absoluto). Segundo Santos (2006, p. 61):

Em cada período, há, também, um novo arranjo de objetos. Em realidade, não há apenas novos objetos, mas, igualmente, novas formas de ação. Como um lugar se define como um ponto onde se reúnem feixes de relações, o novo padrão espacial pode dar-se **sem que as coisas sejam outras ou mudem de lugar**. É que cada padrão espacial não é apenas morfológico, mas, também, funcional. [...] **O mesmo objeto, ao longo do tempo, varia de significação**. Se as suas proporções internas podem ser as mesmas, as relações externas estão sempre mudando. Há uma alteração no valor do objeto, ainda que materialmente seja o mesmo, porque a teia de relações em que está inserido opera a sua metamorfose, fazendo com que seja substancialmente outro. Está sempre criando-se uma nova geografia. (*grifo meu*).

Se cada período produz uma ordem espacial própria e se, os eventos que caracterizam cada período envolvem um amplo universo de variáveis atreladas as posições teóricas adotadas em cada estudo, é compreensível que o pesquisador precise se valer de algum recurso cartográfico adequado para representar um amplo conjunto de informações. É possível que o pesquisador almeje, por exemplo, representar em um mesmo mapa, informações quantitativas e qualitativas.

Martinelli (2014) afirma que o mapa constitui-se num meio de comunicação que: registra os dados; permite descobrir como eles se organizam; comunicam resultados; e revelam informações embutidas nesses dados. Em síntese, a representação através de mapas é uma **linguagem**. Tratando do potencial e da utilidade dos mapas, Martinelli (2014, p. 11) enfatiza que eles operam “constituindo instrumentos de reflexão e de descoberta do real conteúdo da informação. **Eles devem dirigir o discurso**, e não ilustrá-lo, e revelar o que há a dizer”. (*grifo meu*).

A respeito dos mapas, é oportuno salientar que não são representações imbuídas de neutralidade, como realça Martinelli (2014, p. 19):

Os mapas, em qualquer cultura, foram, são e serão uma forma de saber socialmente construída, portanto uma forma manipulada de saber. São imagens carregadas de julgamentos de valor, e não há nada de desprezioso e passivo em seus registros.

O uso da cartografia temática permite certa liberdade de trânsito pelo mundo dos mapas, como ensina Martinelli (2014, p. 20):

Embora a Cartografia Temática seja considerada um ramo da Cartografia, ao lado da Cartografia Topográfica, as visões topográfica e temática do mundo são historicamente sucessivas. Não há passagem brusca, não são dois setores autônomos: as representações temáticas não substituíram as representações topográficas, mas foram acrescentadas a elas. Essa inovação norteou a **passagem da representação das propriedades “vistas” para a representação das propriedades “conhecidas” dos fenômenos**. [...] Passaram-se a representar **categorias organizadas mentalmente**, e não mais visualmente. O mapa, assim, foi confirmado como expressão do raciocínio que seu autor empreendeu diante da realidade, apreendida com base em um determinado ponto de vista: sua opção de entendimento do mundo. Afirmou-se uma postura metodológica na elaboração da Cartografia Temática para todas as áreas que a solicitassem. (*grifo meu*).

Essa liberdade, portanto, estaria atrelada à possibilidade de representar dados de natureza qualitativa, por exemplo, permitindo usar o mapa como chave de leitura para compreender determinada realidade. Como exemplos de mapas temáticos, na sequência, serão apresentados dois mapas temáticos da indústria de software em Santa Catarina.

Os mapas que serão expostos foram elaborados com a finalidade de representar a ordem espacial de dois períodos distintos da indústria de software em Santa Catarina apresentados em Lenz (2015). O objetivo daquela pesquisa foi estudar a geografia da indústria de software em Santa Catarina, destacando sua evolução histórica.

Os dois principais procedimentos de pesquisa foram a coleta de dados quantitativos da plataforma Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho do Emprego e realização de entrevistas. As informações provenientes da RAIS, coletadas e tabuladas anualmente pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, permitem detalhar dados como volume de empregos, número de estabelecimentos por atividade econômica e município, tamanho das empresas, faixa etária dos trabalhadores e nível de escolaridade dos trabalhadores, entre outros. Além da coleta de informações da RAIS, foram realizadas 29 entrevistas com empresários e especialistas do setor. O processo de escolha dos entrevistados teve a preocupação central de capturar a heterogeneidade da indústria de software catarinense. Por isso, foram selecionadas empresas que fossem diferentes nos seguintes aspectos: tamanho, localização, origem do capital, segmento de atuação, localização e tempo de mercado. Foram realizadas entrevistas em Florianópolis, Blumenau, Joinville, Jaraguá do Sul, Criciúma e Chapecó e a duração de cada entrevista variou entre 50

minutos e 2 horas. De maneira resumida, os quatro principais tópicos abordados nas entrevistas foram: estrutura da empresa; produtos desenvolvidos e serviços prestados; trabalhadores e; articulações.

Posteriormente, foram combinadas as informações provenientes das transcrições das entrevistas, as análises dos dados da RAIS e as informações adicionais oriundas de pesquisas documentais e elaborou-se uma periodização da referida indústria no estado catarinense, seguindo as orientações discutidas no tópico anterior.

Foram identificados três períodos distintos na história da indústria de software em Santa Catarina. Apoiado na ideia de Santos (2006) de que cada período produz uma ordem espacial própria, surgiu a ideia de iniciar a discussão sobre cada período com um mapa temático. Ou seja, a intenção foi a de usar o mapa temático como uma “fotografia” de um determinado momento histórico. Neste sentido, os mapas temáticos enquanto ferramentas metodológicas, auxiliaram a compreender a ordem espacial produzida pela indústria de software em Santa Catarina.

Na sequência, serão expostos os mapas temáticos de dois períodos para ilustrar as possibilidades que este tipo de cartografia oferece. O primeiro (Figura 1) corresponde ao período de 1993 até 2004. O segundo mapa (Figura 2), representa o período de 2005 até 2014.

Figura 1 – Exemplo de Mapa Temático A

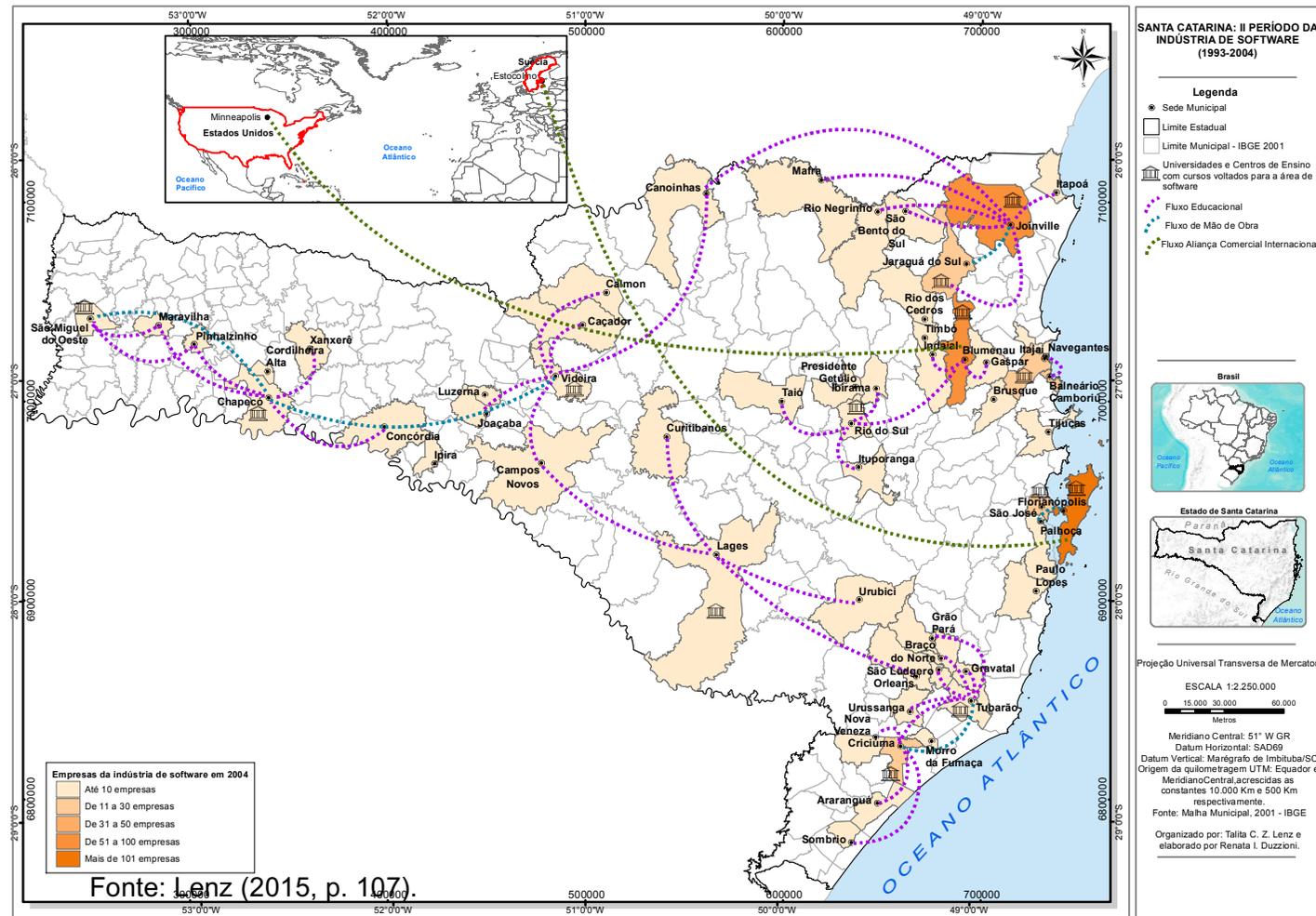
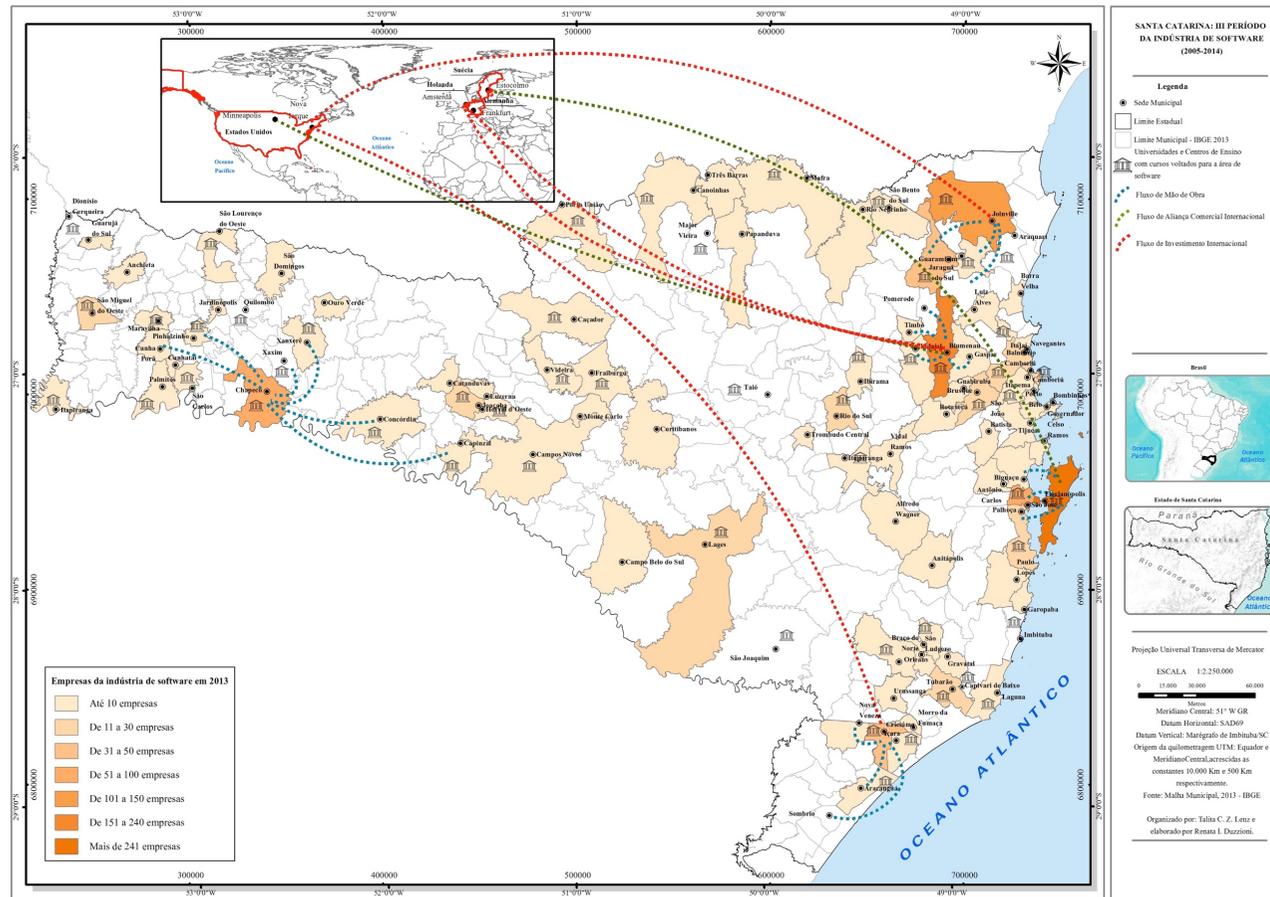


Figura 2 – Exemplo de Mapa Temático B



Fonte: Lenz (2015, p. 183).

Conforme é possível observar nos exemplos apresentados, os mapas combinam diferentes formas de representação. Para diferenciar a quantidade de empresas em cada município usou-se o método corocromático, que aplica cores de intensidades diferentes, em que as tonalidades mais fortes indicam elevada concentração de empresas e as mais claras representam baixa concentração. Já a presença de cursos de ensino superior direcionados para a indústria de software foi cartografada utilizando a variável visual forma em ocorrência pontual, selecionando-se especificamente um ícone relacionado ao ensino. Os fluxos identificados em cada período foram representados por linhas, seguindo a recomendação de Martinelli (2014) de mobilizar variações visuais em linhas criando-se uma diversidade entre elas pelas cores. Através da representação dos nós e dos fluxos, esses mapas constituíram uma primeira e relevante ferramenta de reflexão sobre a ordem espacial produzida no âmbito da atividade industrial de software presente em Santa Catarina em dois períodos diferentes.

As explicações relacionadas a cada conteúdo representado não serão aqui discutidas considerando o escopo delimitado para este artigo. O objetivo de apresentar a ideia de elaborar uma periodização em conjunto com a confecção de mapas temáticos para cada período foi o de ajudar a pensar e de propor uma sugestão de como trabalhar o objeto geográfico nos estudos regionais. Evidentemente, embora tais mapas apontem para uma alternativa de encaminhamento metodológico, existem limitações a serem superadas, principalmente decorrentes do desejo de representar em um único mapa considerável volume de dados. Outra limitação, tendo em vista os exemplos apresentados, é a de que existem outros atores e fatores que interferem na ordem espacial da indústria de software em Santa Catarina, mas que não são evidenciados nos mapas por conta do recorte realizado.

Vale reforçar ainda o entendimento de Martinelli (2014) de que mapas não são representações imbuídas de neutralidade, são formas de saber socialmente construídas e que revelam portanto, intencionalidades nos estudos dos objetos geográficos. E como lembra Lefebvre (1991), a intencionalidade reflete apenas um modo de compreensão de um grupo ou indivíduo, constitui-se numa única identidade diante de várias outras possíveis e que, por isso, precisa ser delimitada para poder ser diferenciada e identificada.

4. Considerações finais

O objetivo do artigo foi contribuir para o debate a respeito de proposições teórico-metodológicas que ajudem a pensar a temática do desenvolvimento regional, apoiando-

se na proposta trabalhada por Lenz (2015). Conforme foi discutido, embora o conceito de periodização não seja novo, a revisão de literatura mostrou que o mais usual é incorporar a noção de periodização como uma régua cronológica para situar os eventos e explicar as transformações que ocorrem em determinado período de tempo. Por sua vez, o presente artigo procurou chamar a atenção para a possibilidade da periodização desempenhar duplo papel: o de recurso metodológico e de resultado em si.

Neste sentido, se o conceito de periodização for trabalhado numa perspectiva mais maleável — isto é, menos preocupada em trabalhar recortes temporais precisos como biênios ou décadas, quando tais divisões não ajudam a compreender o objeto de estudo em apreço — é possível que esta ferramenta ajude a trazer à tona novos elementos e eventos que interferem na ordem espacial dos objetos geográficos estudados. Partindo do pensamento de Latour (2012), parece que o exercício de periodizar e a tarefa de descrever podem caminhar juntas para ajudar a operacionalizar o conceito de Santos (2006) de que cada período produz uma ordem espacial própria.

Neste limiar, a elaboração de mapas temáticos também pode contribuir no leque de alternativas teórico-metodológicas que ajudem a pensar a temática do desenvolvimento regional. Tal como ocorre com o conceito de periodização, não é nova a possibilidade de usar mapas nos estudos regionais. Contudo, a diferença reside em conceber mapas aptos a dirigirem os discursos, que sejam uma linguagem em si e não uma “ilustração” do texto.

5. Referências

DALLABRIDA, V. Regionalização. In: SIEDENBERG, D. **Dicionário do desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993.

GRATALOUP, C. **As regiões do tempo (extratos)**. In: *Périodes: la construction du temps historique*. Paris, 1991, p. 157-173.

GRATALOUP, C. Os períodos do espaço. **Geographia** n. 16, 2006.

LATOUR, Br. **Reagregando o social** - uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA, 2012; Bauru/São Paulo: EDUSC, 2012.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LENZ, T. **A geografia da indústria de software em Santa Catarina**: concentração e dispersão espaciais. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015. 378 p.

MARTINELLI, M. **Mapas, gráficos e redes**: elabore você mesmo. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

ONLINE ETYMOLOGY DICTIONARY – Verbete: period. Disponível em: http://www.etymonline.com/index.php?term=period&allowed_in_frame=0. Acesso em: 04/06/2014.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. Globalização e Geografia: a compartimentação do espaço. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 18, 1996.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

SILVEIRA, M. Tiempo y espacio en geografía: dilemas y reflexiones. **Revista Geografía Norte Grande**, n. 54, 2013.

SPOSITO, E. **Espaço**. In: SPOSITO, E. (Org.) Glossário de geografia humana e econômica. São Paulo: UNESP, 2017